

**Desfazendo a problemática conceitual entre ERE, EaD e TDIC***Undoing the conceptual problem between ERE, EaD e TDIC*

Francisco Romário Paz CARVALHO<sup>1</sup>  
Nádia Cataryna Nogueira e SILVA<sup>2</sup>

**Resumo**

Este trabalho parte da seguinte questão norteadora: Educação a Distância (EAD)/Ensino a Distância (EaD), Ensino Remoto Emergencial e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) podem ser vistos como sinônimos? Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo geral analisar os conceitos de EAD/EaD, ERE e TDIC com vistas a discutir o entendimento controverso dos termos (in)compreendidos pelo senso comum. Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e revisão sistemática de literatura. Concluímos, portanto, que elucidar os termos EAD/EaD, ERE e TDIC é substancial para o entendimento adequado à utilização conforme o contexto. Além disso, demonstrar as contribuições das TDIC no processo de ensino e aprendizagem reside em apontar novos rumos à educação levando em consideração as consecutivas mudanças que o ambiente educativo tem enfrentado.

**Palavras-chave:** Educação a Distância/Ensino a Distância. Ensino Remoto Emergencial. Tecnologias Digitais.

**Abstract**

This work is based on the following guiding question: Can Distance Education (EAD)/Distance Education (EaD), Emergency Remote Teaching and Digital Information and Communication Technologies (TDIC) be seen as synonyms? Given this context, this article has the general objective of analyzing the concepts of EAD/EaD, ERE and TDIC in order to discuss the controversial understanding of terms (mis)understood by common sense. As for the methodological aspects, this study is the result of a bibliographical research and systematic literature review. We conclude, therefore, that clarifying the terms EAD/EaD, ERE and TDIC is substantial for a proper understanding of the use according to the context. In addition, demonstrating the contributions of TDIC in the teaching and learning process lies in pointing out new directions for education, taking into account the consecutive changes that the educational environment has faced.

**Keywords:** Distance Education/Distance Learning. Emergency Remote Teaching. Digital Technologies.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, *campus* Amílcar Ferreira Sobral – CAFS, Floriano – PI. E-mail: francisco.carvalho@ufpi.edu.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER – 2022). Professora no Curso de Licenciatura em Pedagogia – CAFS/UFPI. E-mail: nadiaped2@gmail.com

## Introdução

“Essa é uma máscara bonita / Mas nunca se arrisque dança estúpida do TikTok / Tive uma aula de samba sim, caí de bunda / Tentando escrever uma melodia é melhor me conectar ao Zoom / Veja meus livros de poncey aprender a cozinhar sozinho / Muita TV, está me lobotomizando, sim”<sup>3</sup>. Esta música foi produzida no auge da Pandemia de COVID-19, em que os casos de contaminação pelo vírus SARS-COV-2 se alastravam em todo o mundo, pelo cantor britânico Mick Jagger, compositor e vocalista da banda inglesa *The Rolling Stones*.

Não aleatório decidimos iniciar as discussões com o excerto da música por retratar tão bem uma busca incansável em sair do regime de *lockdown*<sup>4</sup>, devido à necessidade de distanciamento social para evitar (e na tentativa de controlar a disseminação do vírus), passamos a viver em regime de quarentena nas nossas residências. Assim, todos os setores da sociedade sofreram reviravoltas nunca antes imaginadas que vão desde impactos diretos na economia (preços elevados dos bens de consumo, bem como perda dos empregos formais), na saúde (levando em conta o colapso e a superlotação dos hospitais somados a sobrecarga exaustiva de trabalho) e principalmente na educação, que também foi usurpada de seu ambiente corriqueiro (as escolas) e passou a ser implementada de forma virtual nos quatro cantos da residência domiciliar de educandos e educadores, alterando consideravelmente a rotina de ambos.

Nesse contexto turbulento e repleto de dúvidas, este texto busca analisar alguns conceitos que se afloraram em decorrência da pandemia de COVID-19, são eles, a saber: Educação a Distância (EAD)/Ensino a Distância (EaD)<sup>5</sup>; Ensino Remoto Emergencial

---

<sup>3</sup> *That's a pretty mask / But never take a chance TikTok stupid dance / Took a samba class yeah I landed on my ass / Trying to write a tune you better hook me up to Zoom / See my poncey books teach myself to cook / Way too much TV, its lobotomizing me, yeah.* Trecho original de letra da música *Easy Sleazy*, do cantor Mick Jagger.

<sup>4</sup> Expressão em inglês que significa confinamento em regime mandatário. Em outras palavras, é uma política de prevenção sanitária e que o comércio não essencial é obrigado a fechar as portas.

<sup>5</sup> É oportuno deixar claro que a expressão EAD se refere à modalidade de educação – Educação a Distância. Já o termo EaD (minúsculo) se refere a Metodologia de Ensino – Ensino a Distância. Segundo o portal do MEC, o EAD é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior. No que diz respeito à EaD, Ensino a Distância, conta com ambientes virtuais onde são compartilhados vários tipos de recursos (imagens, textos, vídeos, animações, enquetes etc) e oportunidades de interação (fóruns, *chat*, *e-mail*) com professores e outros participantes (alunos) de maneira síncrona ou assíncrona a qualquer momento guiado pelo uso da internet.

(ERE) e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Nesse ínterim, a questão norteadora para essa investigação é a seguinte: Educação a Distância, Ensino Remoto Emergencial e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação podem ser vistos como sinônimos? Seriam os termos vértices do mesmo ângulo?

O nosso objetivo de forma geral é analisar as controvérsias sobre os conceitos de Educação a Distância/ Ensino a Distância, Ensino Remoto Emergencial e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. De modo específico, elencamos os seguintes objetivos: i) discutir a Educação a Distância a partir dos aspectos históricos e conceituais; ii) compreender o contexto de inserção do Ensino Remoto Emergencial no âmbito da educação; iii) definir o que são as Tecnologias Digitais, bem como as suas contribuições para o campo da educação.

A justificativa para este trabalho reside na tentativa de clarificar tais conceitos, tendo em vista que corriqueiramente no discurso de professores, pais e alunos os termos são erroneamente cotejados como similares a ponto de confundirem suas definições, por vezes, atribuindo a ambos o mesmo denominador comum.

Desse modo, para atingirmos o objetivo proposto nos utilizamos de uma metodologia de cunho qualitativa e lançamos mão de uma revisão sistemática de literatura. Nesse entorno, concordamos com Gil (2018) ao apontar que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica se configura em permitir ao investigador uma gama de fenômenos, oportunizando conhecer diversos autores que tratem sobre o tema, ou seja, é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos da área. Nessa conjuntura, a promoção desse debate se afigura indispensável e assume uma pertinência inquestionável levando em consideração um contexto de (in)certezas que o campos educacional tem presenciado.

Por esse ângulo, a elucidação das ideias aqui tratadas segue uma estrutura de organização textual em tópicos, distribuídos da seguinte maneira: um primeiro momento em que discutimos sobre Educação a Distância enfocando nos aspectos históricos e conceituais; um segundo, em que analisamos o contexto de inserção do Ensino Remoto Emergencial no âmbito da educação; um terceiro momento em que procuramos definir o que são Tecnologias Digitais, bem como analisamos suas contribuições para o campo da educação. Por último, expomos as considerações finais seguida das referências.

## Educação a Distância: histórico e conceitos

Nessa empreitada, se faz oportuno compreendermos o conceito de Educação a Distância e seu histórico de consolidação enquanto modalidade de ensino no Brasil. Grosso modo, diríamos que a definição mais elementar para EAD seria “toda e qualquer forma de educação em que o professor se encontra distante do aluno” (BASTOS, CARDOSO e SABBATINI, 2000). Este conceito, por sua vez, nos leva a refletir sobre uma problemática bem recorrente: associar EAD à utilização necessária de tecnologias digitais<sup>6</sup>. Veremos, a seguir, pois, que o histórico da EAD no Brasil não se deteve apenas ao acesso à internet ou equipamentos de última geração, muito pelo contrário, a EAD acompanha as tendências impostas pela sociedade em cada época.

Para Alves (2011) há registros de que a Educação a Distância tenha surgido no Brasil em meados do século XX, em meio a difusão do rádio em todo o país. Segundo a autora, em 1904, o Jornal Brasil ofertou um curso por correspondência para a formação de Datilógrafo. Inicia, então, a jornada do EAD em nosso país que a passos largos se consolidou como forma de educação em que seria possível a não presencialidade em espaços de educação formal.

Em 1937, o Ministério da Educação lança o programa Movimento de Educação de Base (MEB) que tinha por finalidade promover um ensino voltado para a alfabetização de jovens e adultos através de programas de rádio (ARAGÃO, 2010). Já em 1947 surge a Universidade do Ar criada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) que oferecia cursos comerciais por meio do rádio<sup>7</sup>.

A década de 70, por sua vez, é o período de mudanças significativas para o EAD no Brasil já que em 1979 foi inserida no contexto do ensino superior. A Universidade de Brasília (UnB) é a primeira instituição do país a ofertar cursos com o auxílio de jornais e

---

<sup>6</sup> Neste texto há um tópico específico para tratarmos da definição de tecnologias. É válido mencionar que o senso comum tende a associar tecnologias à equipamentos (aparelhos eletrônicos) ou o associam ao acesso à banda larga. Adiante veremos a amplitude do termo.

<sup>7</sup> Programas televisivos também ganharam notoriedade na constituição do EAD em nosso país. O mais famosos deles foi o *Telecurso 2000*, que ainda hoje, oferta cursos voltados para qualificação profissional e se propunham a formar principalmente adultos que não dispunham de tempo nem oportunidade para frequentarem os ambientes escolares. Pensando e articulado em parceria com a Fundação Roberto Marinho o programa era transmitido durante a madrugada, horário, portanto, acessível para aqueles que trabalhavam o dia inteiro.

revistas e anos mais tarde (1989) é transformado no Centro de Educação Aberta e Continuada. Ainda em Brasília, no mesmo ano é lançado o programa Brasil EAD. Posteriormente, em 1992 é criado no país a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento muito significativo para o EAD no Brasil.

Muito embora esses acontecimentos tenham funcionado como mola propulsora para o alcance do EAD em nosso país, sua normatização só acontece no ano de 1996 quando o Ministério da Educação (MEC) cria a Secretaria de Educação a Distância (SEED). Neste mesmo ano o EAD passa a ser regulamentado por lei por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº. 9.394/96 de 20 de Dezembro de 1996.

O verdadeiro “boom” do EAD ocorre no anos 2000 através da institucionalização da Rede de Educação Superior a Distância (Unirede) que oportuniza as instituições públicas do país a ofertarem cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD. Uma parceria de dez Universidades privadas criaram no ano de 2000 a marca Universidade Virtual Brasileira pensada para o desenvolvimento de plataformas e conteúdos para a Educação a Distância.

Na investida de acompanhar as artimanhas de consolidação do EAD no país o MEC ofertou no ano de 2004 cursos de licenciaturas e capacitações para professores da rede pública de ensino. Em 2005, o Ministério da Educação em parceria com Estados e Municípios criam a Universidade Aberta do Brasil (UAB) na tentativa de oportunizar capacitação para os professores que atuavam na rede básica de ensino e que não possuíam formação superior, o objetivo principal era ofertar formação adequada principalmente em regiões de difícil acesso do país. A iniciativa deu tão certo que a UAB se mantém firme até os dias atuais (2023) e têm se dedicado na oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Além da qualificação, a UAB gera emprego e renda para diversos profissionais em todo o país já que conta com uma equipe heterogênea (professores tutores, formadores, equipe multidisciplinar, coordenadores, dentre outros).

Nesse contexto, visto esse apanhado histórico de consolidação da EAD no Brasil, se faz oportuno compreendermos seu conceito. É consenso na literatura específica da área que a Educação a Distância é sobretudo caracterizada como uma modalidade de ensino em que professores e alunos encontram-se separados no tempo e espaço. Para Oliveira (2014, p. 17) “o EAD, no sentido fundamental da expressão, é a educação que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo e no espaço)”.

Nesse sentido, Moran (2002) nos diz que Educação a Distância é:

É o ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes (MORAN, 2002, p. 01)

Como se pode perceber pela definição de Moran (2002) na Educação a Distância pode ou não acontecer momentos presenciais. Diversos cursos nas mais variadas plataformas de ensino podem ou não exigir presencialidade para os alunos. Ou seja, outra característica do EAD é sua conjuntura em presencial, semi-presencial e on-line. Grande parte dos cursos de graduação, por exemplo, exigem, pelo menos, uma ida mensal ao pólo presencial para a realização de atividades. Por outro lado, cursos de capacitação, com carga horária reduzida, não estipulam essa exigência para a certificação.

Nesse cenário, é salutar diferenciarmos os conceitos de Educação a Distância (EAD) e Ensino a Distância (EaD), conforme anunciado anteriormente. Pelo exposto, podemos compreender a definição de EAD associando seu conceito à modalidade de ensino regulamentada no país. Em consonância, EaD está ligado ao modo como o EAD pode acontecer, ou seja, em ambientes virtuais (aprendizagem *on-line*), sempre se utilizando de recursos diversos (vídeos, textos, imagens, animações, exercícios com respostas diretas, plataforma de escrita colaborativa etc) e múltiplas oportunidades de interação (fóruns, *chats*, *e-mail* e outros tipos de comunicação direta), ocorrendo de forma síncrona ou assíncrona sempre guiado pelo uso de banda larga (internet).

Decerto, independente da maneira como é ofertado a Educação a Distância é inquestionável sua relevância, principalmente no contexto de sociedade capitalista. Desse modo, concordamos com Alves (2011, p. 84) ao afirmar que “O EAD se constitui um recurso de incalculável importância para atender grande contingente de alunos de forma mais efetivas que outras modalidades e sem risco de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos”.

É conveniente mencionarmos que, por não ingenuidade, de modo algum podemos dizer que o EaD/EAD foi sempre muito bem aceito. Tendo em vista a sociedade repleta de padrões tradicionais na qual estamos inseridos, o EaD/EAD quase sempre esteve repleto de preconceitos, o colocando como se fosse uma educação de segunda categoria.

Uma percepção tradicional de educação se reduz a sala de aula presencial com professor ao centro, detentor do poder e sabedoria, e alunos como meros reprodutores. Todavia, com a pandemia de COVID-19 novos olhares foram vislumbrados e a compreensão dos possíveis proventos do EaD/EAD serviram de alicerce para o que conhecemos hoje por ERE - Ensino Remoto Emergencial (temática discutida no próximo tópico).

### **Ensino Remoto Emergencial, presente!**

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia de COVID-19 teve início na China, em dezembro de 2019. Por seu alto poder de transmissibilidade a doença rapidamente se espalhou por todo o mundo, assumindo o status de Pandemia em março de 2020 (SOUZA; MIRANDA, 2020). No Brasil, especificamente, o primeiro caso foi identificado em 26 de fevereiro de 2020 e rapidamente se alastrou por todas as capitais/estados.

Levando em consideração que o isolamento social era a única arma que dispúnhamos para o combate à propagação dessa terrível doença, as instituições de ensino tomaram a atitude de suspender as atividades presenciais afim de conter à infecção. Em 18 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC)<sup>8</sup>, através da portaria nº 343<sup>9</sup>, de 17 de março de 2020, autoriza a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizem os meios digitais, durante o período pandêmico.

Em Abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) em conformidade com as políticas governamentais de prevenção e combate à pandemia aprova o parecer nº 5/2020 que estabelece a reorganização do calendário escolar assim como à computação de atividades não presenciais para o cumprimento de carga horária anual mínima (800 horas), sendo este homologado pelo MEC, em 29 de maio de 2020 (COSTA; NASCIMENTO, 2020).

Nesse ínterim, passa a ser trilhado os caminhos da educação tendo como suporte o ensino remoto em caráter emergencial. Em outros termos, no âmbito educacional foi cada vez mais intensificado o uso das TDIC como ferramentas utilizadas pelos

---

<sup>8</sup> Ver mais detalhes no site oficial do MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-autoriza-ensino-a-distancia-em-cursos-presenciais>. Acesso em: 27. mar. 2023.

<sup>9</sup> Ver mais detalhes em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 27. mar. 2023.

professores afins de mediar os conteúdos escolares. Nesse entorno, o ERE surgiu com a premissa maior de tentar dirimir os impactos da pandemia no campo educacional.

Na visão de Alves (2020), no ERE as práticas são mediadas a partir do uso de plataformas digitais, em que são trabalhados conteúdos e atividades, podendo ser síncronos e assíncronos. A autora, por sua vez, em se tratando de ensino remoto, complementa que “predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com as aulas, sendo realizadas nos mesmos horários e com os professores responsáveis pela disciplina dos cursos presenciais” (ALVES, 2020, p. 358).

É válido ressaltar que o ensino remoto não pode ser encarado como sinônimo de Ensino à Distância. Em ambos os termos há distanciamentos e aproximações, porém, devem ser vistos como conceitos diferentes, evitando, pois, comparações equivocadas. A esse respeito, Garcia *et al.* (2020) assim se posiciona sobre o Ensino Remoto Emergencial,

[...] se viabiliza pelo uso de plataformas educacionais ou destinadas para outros fins, abertas para o compartilhamento de conteúdos escolares. Embora esteja diretamente relacionada ao uso de tecnologia digital, ensinar remotamente não é sinônimo de ensinar à distância, considerando esta última uma modalidade que tem uma concepção teórico-metodológica própria e é desenvolvida em um ambiente virtual de aprendizagem, com material didático pedagógico específico e apoio de tutores. (GARCIA *et al.*, 2020, p. 05)

Neste sentido, conforme mencionado, ambos os termos possuem conceitos distintos. Se por um lado, o ERE desponta como alternativa inicial com a finalidade de adaptar as redes de ensino e seus protagonistas (professores e alunos) durante o período de pandemia, o EAD, de maneira geral, é uma metodologia de ensino que vem sendo trabalhada a um certo tempo e congrega planejamento, organização e objetivos pré-definidos (HODGES, 2020).

O ERE não possui como objetivo criar um novo modelo educacional. Pelo contrário, este surgiu, conforme já salientamos, com a premissa maior de tentar diminuir os impactos causados pela pandemia de COVID-19. Especificamente, o ERE diz respeito apenas “à mudança do espaço físico que outrora era presencial e agora, temporariamente, é remoto (digital), termo muito utilizado na área de Tecnologia da Informação (TI) para se referir à não presencialidade” (JOY, MOREIRA & ROCHA, 2020, p. 13).

Por ter sido incorporado de maneira rápida e em um curto espaço de tempo o ensino remoto emergencial não está isento de críticas. Logo no início de sua

implementação foi notório a resistência nas duas faces da moeda: de um lado, os professores, despreparados em lidar com as aulas virtuais, conteúdos, não conhecedores do mundo virtual; de outro, os alunos, que precisavam se manter frente à tela de equipamentos eletrônicos, sem nenhum interesse.

É possível ainda, mencionar diversos outros aspectos que se constituíram como entrave<sup>10</sup> nesses tempos difíceis, exemplificativamente, podemos mencionar: a ausência de uma formação continuada e adequada para os professores, o que possibilitaria a atualização das práticas pedagógicas face aos novos tempos; a sobrecarga profissional, tendo em vista a não formação adequada; a perda do ambiente doméstico já que o trabalho passou a ser feito de casa (*home office*). Em relação aos alunos ficou ainda mais escancarado às desigualdades socioeconômicas tão explícitas em nosso país (tão desigual em diversos aspectos, territorialmente imenso e politicamente conflituoso) como é o caso da necessidade de equidade entre estudantes com e sem acesso a ferramentas digitais.

Nesse cenário, e partindo da premissa de que é essencial “enxergar o lado bom das coisas”, podemos mencionar dois aspectos positivos que a pandemia nos trouxe atrelado ao ensino remoto emergencial, são eles: o primeiro, conforme assegura Costa e Nascimento (2020), o estreitamento de laços entre família e escola, proporcionando, sobremaneira, uma parceria necessária e eficaz no processo de ensino aprendizagem; o segundo (e que será motivador para os próximos tópicos deste texto), é a efervescência do debate sobre as tecnologias digitais e suas contribuições no campo educacional.

### **Tecnologias Digitais e Educação: entre progressos e retrocessos**

Afirmar que estamos imersos em mundo no qual precisamos conectar saberes nos parece afirmar o óbvio. Em contrapartida, essa afirmação trivial ainda carece de elucidaciones para que sua execução ocorra de forma a contemplar todos os indivíduos em sociedade. A impressão que temos é que pensar num mundo pós- março de 2020, levando em considerações todos os percalços sofrido por conta da pandemia de COVID-19, é sem dúvidas, pensar numa reviravolta no campo educacional, principalmente, já que todas as modalidades de ensino tiveram que se habituar a um ensino guiado por tecnologias digitais.

---

<sup>10</sup> Podemos destacar que o grande desafio para os docentes, sem dúvidas, diz respeito à preparar aulas remotas com o uso de TDIC, sem a formação e o preparo necessário. Educadores e educadoras foram desafiados a se ajustarem rapidamente e de forma improvisada, tornando a tarefa de ensinar cada vez mais hercúlea.

Ao pensarmos em tecnologias logo nos vem à mente a noção de um artefato técnico (notebook, celular, tablete, dentre outros). Por outro lado, antes de definirmos tecnologias digitais é bem oportuno entendermos que o conceito de tecnologia é bem amplo (e existe muitos) e requer uma certa perspicácia. Nesse sentido, Kenski (2012) nos diz que a expressão “tecnologia” refere-se a várias coisas, não se restringindo a um conceito de máquina, por exemplo. O termo, de maneira mais sutil, diz respeito a totalidade de coisas que a sabedoria do cérebro humano conseguiu desenvolver em todas as épocas, sua manipulação, aplicação etc. Ou seja, é tudo aquilo que foi construído pelo homem apoiado por meio de recursos naturais (ou não), com o objetivo principal de criar ferramentas que nos possibilitem vantagens na resolução (condução) da atividades cotidianas. Assim, podemos verificar que a linguagem, a escrita e inclusive o próprio pensamento podem ser considerados uma tecnologia.

Nesse ínterim, Kenski (2012) assegura que:

[...] conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de sociedade, chamamos “tecnologia”. Para construir qualquer equipamento - uma caneta esferográfica ou um computador, os homens precisam pesquisar, planejar e criar o produto, o serviço, o processo. Ao conjunto de tudo isso, chamamos tecnologias. (KENSKI, 2012, p. 24)

Assim, compreendemos que tecnologias são todas as engenhosidades desenvolvidas pelo cérebro humano, indo muito além de apenas equipamentos e aparelhos. Em outras palavras, tudo o que se produz torna-se tecnologia.

Notadamente, a educação ao longo dos séculos, vem se apropriando de tecnologias múltiplas que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, podemos entender a sala de aula como uma tecnologia, assim como o quadro, o giz, o pincel, e outros materiais são ferramentas (tecnológicas) que auxiliam na mediação entre o conhecimento a ser repassado e o aprendente. Contemporaneamente falando, essa constatação ficou ainda mais evidente pelas mudanças sofridas por conta da pandemia, assim dizendo, a sala de aula deixou de ser presencial (material, tátil) e passou a ser virtual.

Nesse contexto, a questão que salta a nossos olhos (assim como para diversos outros pesquisadores) é a assertiva já formulada por Evans e Nation (1993): “coisas tecnológicas não fazem sentido sem o “saber-como” (know-how) usá-las, consertá-las,

fazê-las” (EVANS & NATION, 1993, p. 199). Em termos mais específicos, o grande desafio a nosso ver, não é pensar tecnologias digitais na educação, já que esta encontra-se presente no campo educacional há vários anos (apesar de amada por muitos e odiada por vários), é, sim, pensar na articulação (manuseio) tanto por parte dos professores quanto dos alunos, muito embora, este último seja considerado o sujeito com menos dificuldades para tal ensejo, levando em conta o conceito de nativo digital (PRENSKY, 2001).

É bem oportuno termos em mente que ainda que tenhamos políticas públicas voltadas para o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação, desde meados da década de 1980, e uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que também adverte sobre a utilização de tecnologias digitais no âmbito escolar, muitos foram (e continuam sendo<sup>11</sup>) os desafios enfrentados para que a interlocução tecnologias digitais e educação andem de mão dadas na condução do ensino e aprendizagem.

Moreira e Kramer (2007) advertem que é preciso repensar uma possível visão excludente entre tecnologias digitais e educação. É preciso, segundo os autores refletir no diálogo entre ambas e principalmente pensar no contexto em que os alunos (aprendizes) estão inseridos, em especial aqueles alunos da periferia que encontram-se matriculados em instituições de ensino básico público.

Mesmo que deixássemos de lado as questões sociais (embora seja quase impossível), lidar com as tecnologias digitais na escola não se restringe, por exemplo, ao fato de o aluno poder adquirir o artefato tecnológico (computador, celular) ou mesmo ter condições de acesso à internet. É preciso, pois, “ter criatividade para introduzi-los na sala de aula de forma que motive os estudantes e faça-os ter curiosidades na construção de conhecimento (PAIXÃO & SANTIAGO, 2021, p. 5).

Por esse ângulo, os profissionais que trabalham na área da educação possuem o importante papel de saber mediar o uso das tecnologias digitais em favor coletivo, bem como cabe-lhes a tarefa de ter domínio na condução desta, ou seja, estamos imersos num contexto sem ainda saber como lidar. Precisamos, assim, de políticas públicas voltadas para a formação de profissionais da educação para o uso das tecnologias digitais. Diante

---

<sup>11</sup> Podemos citar, por exemplo, o fato de os educandos não possuírem conexão à banda larga que impossibilita o acesso à plataformas virtuais; condição financeira desfavorável para a utilização de ferramentas digitais; despreparo do corpo docente de diversas instituições de ensino que eram acostumados ao regime presencial e podemos mencionar que grande parte desses, sempre se posicionaram contrários à adesão as salas virtuais de ensino.

dessa realidade conturbada da integração (possível resistência) por parte do professorado, das tecnologias digitais na educação é bem pertinente se pensar na garantia da participação de todos (professores, pais alunos, gestão escolar), de forma igualitária para que todo esse processo possa não gerar exclusão educacional por parte dos alunos e nem profissional por parte dos professores.

### Considerações finais

Retomando a música que inicia as discussões provocadas nesse texto o cantor Mick Jagger, em entrevista a um telejornal britânico, nos diz que criou a música inspirado em tentar sair do regime de *lockdown* com algum otimismo muito necessário. Com esse mesmo otimismo e auspiciosamente esperamos contribuir na elucidação dos termos aqui trabalhados. De modo objetivo, acreditamos que seja possível superarmos a “controvérsia das terminologias”.

Sumariamente, podemos resumir as ideias aqui tratadas da seguinte maneira: ao falarmos de EaD estamos nos referindo a uma modalidade de educação consolidada no país que pode (ou não) se utilizar necessariamente de tecnologias digitais (acesso à internet) para sua efetivação e para Ensino a Distância, refere-se a metodologia; já o Ensino Remoto Emergencial surgiu como uma medida paliativa levando em consideração o distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19 e se utiliza de plataformas digitais para sua efetivação, promovendo encontros síncronos e assíncronos. É indispensável afirmar que diferentemente do EAD, o ERE não é uma modalidade de educação, muito menos, uma metodologia de ensino como é o caso do EaD. Em contrapartida, é legítimo deixar claro que o ERE foi assertivo na tentativa de aplacar os efeitos da pandemia; o conceito de tecnologias digitais, por sua vez, é muito mais amplo e se pensarmos sua aplicabilidade no contexto educacional podemos dizer que se refere a um conjunto de inovações que podem ser utilizadas dentro e fora da sala de aula (seja ela virtual ou não) contribuindo substancialmente para o aprendizado dos alunos ao tornar as práticas de ensino mais eficientes. Por essa via de abordagem, diríamos que as tecnologias digitais tem sua parcela de contribuição na condução da aprendizagem seja no EAD/EaD ou no ERE.

Diante do exposto, concluímos ser necessário desmistificar as controvérsias de atribuir o mesmo conceito aos termos Educação a Distância/Ensino a Distância, Ensino

Remoto Emergencial e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Esses termos, contemplam pontos em comum, enquanto outros convergem para caminhos díspares. Portanto, nosso ensejo é que este estudo possa contribuir para que não só os profissionais da educação, mas a sociedade em geral, compreenda o significado e propósito dos termos para a utilização adequada ao contexto. Nesse sentido, ficamos prospectos que ocorra a mudança do vocábulo suscitado pelo título desse trabalho, ou seja, que possamos substituir do nosso vocabulário o termo “problemática” por “traquejo”, assim, o título adequado passará a ser “O que “sabemos” sobre EAD/EaD, ERE e TDIC”.

### Referências

ALVES, L. **Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista\\_PDF\\_Doc/2011/Artigo\\_07.pdf](http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf). Acesso em: 26 mar. 2023.

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.

ARAGÃO, C. **Comunidades virtuais de aprendizagem.** 2. ed. Salvador: UNEB, EaD. 2010.

BASTOS, D. H. M; CARDOSO, S. H; SABBATINI, R. M. E. **Uma visão geral da Educação à Distância.** Curso de Capacitação docente em EaD. Disponível em: <http://www.edumed.org.br/cursos/slides/aula2-visao-geral/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

COSTA, A. E. R; NASCIMENTO, A. W. R. Os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil. Pdf. **Anais CONEDU**, Maceió, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/publicacoes>. Acesso em 26.04.2022. Acesso em: 26 mar. 2023.

EVANS, T; NATION, D. Educational Technologies: Reforming Open and Distance Education. In: EVANS, T; NATION, D. **Reforming Open and Distance Education.** Londres: Koogan/ Page, 1993. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/mono/10.4324/9781315041407-16/educational-echnologies-reforming-open-distance-education-evans-terry-nation-daryl?context=ubx&refId=617ea64e-b3ea-47a3-acaabb2f25616855>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GARCIA, T. C. M; MORAIS, I. R. D; ZAROS, L. G; RÊGO, M. C. F. D. **Ensino remoto emergencial: orientações básicas para elaboração do plano de aula (recurso eletrônico).** Natal, SEDIS/UFRN, 2020. Disponível em:

[https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571151/4/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL\\_2.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571151/4/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_2.pdf). Acesso em: 28 mar. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

HODGES, C. et al. The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE**, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remoteteaching-and-online-learning>. Acesso em: 27 mar. 2023.

JOY, C. R; MOREIRA, M. M; & ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/4299-Article-20309-1-10-20200525.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: um novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MORAN, J. **O que é educação à distância?**. Cartilha informativa disponibilizada pela Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MOREIRA, A. F. B; KRAMER, S. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, ed. Especial, p. 1037- 1057, out. 2007.

OLIVEIRA, M. S. A história da Educação a Distância e o contexto atual. In: COELHO, F. J. F; VELOSO, A. (Org.). **Educação à Distância: história, personagens e contextos**. Curitiba: CRV, 2014.

PAIXÃO, S. V; SANTIAGO, J. L. As novas tecnologias de informação e comunicação no ensino fundamental I: problematizações acerca da formação de professores. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 5, n 1, p. 210- 226, jan/mar, 2021. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/issue/archive>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants part 1. **On the Horizon**, Berkley, v. 9, n. 5, p. 1- 6, 2001.

SOUZA, D. G; MIRANDA, J. C. Desafios da implementação do ensino remoto. **Boletim de conjuntura (BOCA)**. Pdf. Ano II, vol.4, n. 11, p. 81-89, Boa Vista, 2020.